

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2021.r2a31>

Recebido em: 12/09/2021

Aceito em: 15/10/2021

A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO PROCESSO DE INCLUSÃO AO ENSINO BÁSICO NO CAMPO

EDUCATION IN THE FIELD AS A PROCESS OF INCLUSION TO BASIC EDUCATION IN THE FIELD

Janiele Souza Silva

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0884-2101>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9375418200531264>

Especialista em Educação Inclusiva e Libras

Prefeitura Municipal de Pureza no Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: janiele2021.1@famen.edu.br

Néstor Raúl González Gutiérrez

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0116-5918>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9094524647914374>

Doutor em Estudos Literários

Universidad Nacional Abierta y a Distancia, Colômbia

E-mail: gonzalez2n@gmail.com

RESUMO

É notório que a educação do campo possui atrasos significativos no contexto da aprendizagem escolar, vale ressaltar que esse atraso é reflexo da negação histórica em ofertar o ensino básico de qualidade aos camponeses. Então, como tentativa de erradicar o analfabetismo os movimentos sociais do campo junto à sociedade vêm ao longo das últimas décadas fazendo reivindicações ao poder público, construindo parcerias com o INCRA e com instituições de ensino para colocar em prática os meios, os métodos e investimentos que levem uma educação de qualidade para a população do campo. Logo, se faz necessário analisar as especificidades, assim como as deficiências que ocorrem no meio rural, buscando enfatizar a metodologia da educação do campo. Sendo assim, os objetivos da pesquisa são analisar o contexto da educação no campo brasileiro, assim como pesquisar criticamente o contexto dessa forma de ensino, enfatizando a necessidade que o campo possui de uma educação específica. E assim a metodologia é qualitativa realizada a partir de revisões bibliográficas e documentais de autores que discutem a educação do campo, tipificando uma pesquisa analítica e descritiva, com intuito de melhor compreender a proposta de educação do campo e sua aplicação. Nesse sentido, percebeu-se que a educação do campo tem uma metodologia inovadora com maior capacidade de trabalhar e compreender o espaço rural. Apesar de sua importância, constata-se, nesse artigo, que essa metodologia ainda é muito teórica, porém, se aplicada, irá proporcionar um aprendizado significativo para os sujeitos do meio rural.

Palavras-chave: Educação. Educação do campo. População do campo.

ABSTRACT

It is notorious that rural education is far behind in the context of school learning, it is noteworthy that this delay reflects on the historical refusal to offer basic education to peasants. So, in an attempt to eradicate illiteracy, rural social movements and society have, over the past decades, been making demands to the government, building partnerships with “INCRA” and educational institutions to put into practice the means, methods and investments for granting quality education for the rural population. Therefore, it is worth analyzing the specifics, as well as the deficiencies that occur in rural areas, seeking to highlight the methodology of rural education. Based on these principles, this research aims to analyze the context of education in the Brazilian rural areas, as well as critically research the context of this form of teaching, emphasizing the demanding of specific education for these places. So, the methodology is qualitative, based on a bibliographical review and documentary by authors who discuss rural education, typifying an analytical and descriptive research, aiming to better understand the proposal of the rural education and its application. In such a way, it was noticed that rural education has an innovative methodology in how to work and to understand the rural space. Despite its importance, it is shown in this paper that this methodology is still very theoretical, but, if applied in schools, will provide significant learning for those who live in rural areas.

Keywords: Education. Rural education. Rural population.

1 INTRODUÇÃO

A história da educação do campo está ligada com o contexto de luta pela conquista da terra, isso porque junto ao processo de luta por acesso a terra os trabalhadores e movimentos sociais percebem outras necessidades básicas para conseguir articular e desenvolver dentro de cada cidadão a volta as suas origens, bem como sua cultura e sua identidade.

Sendo assim, quando olhamos para o cenário de escolaridade na faixa etária correta no Brasil, podemos entender que o atraso do rendimento e da disponibilidade de acesso ao ensino com um bom desempenho é algo se perpetua até a atualidade (OLIVEIRA, 2021).

Nesse sentido, buscamos trazer luz à discussão sobre uma educação que perceba e valorize as especificidades das populações rurais, trabalhando com um olhar sensível, para perceber a riqueza pedagógica que o campo possui. Esse conceito de ensino visa a importância dos camponeses, assim como, os conhecimentos de mundo adquiridos ao longo de sua trajetória de vida.

Em virtude do negacionismo à educação do campo brasileiro e da omissão do Estado em cumprir o que reza a Constituição (1988) descrita no artigo 208 parágrafo 2º, onde o mesmo se tem a obrigatoriedade de ofertar o ensino público, de qualidade a todos os cidadãos brasileiros. Dessa forma, ao longo dos últimos anos vem se construindo uma nova metodologia de ensino que contemple o campo com um lugar que produz vida, cultura e história (BRASIL, 2010).

Logo, o objetivo geral é analisar o contexto da educação no campo brasileiro, assim como pesquisar criticamente o contexto dessa forma de ensino, enfatizando a necessidade que o campo possui de uma educação específica e como objetivos específicos são identificar a metodologia da educação do campo, assim como avaliar o processo de inclusão escolar nas escolas no campo.

Partimos da hipótese de que as escolas do campo conhecem e trabalham a partir das especificidades que o mesmo apresenta, visando a emancipação dos sujeitos camponeses. Uma vez que a proposta da educação do campo já possui sua história ao longo dos últimos anos e legalização a partir da LDB (BRASIL, 2017)

Para tanto, os dados da pesquisa se deram após revisão bibliográfica, documental de autores que discute a educação do campo, tipificando um estudo e pesquisa analítico e descritivo, com intuito de melhor compreender a proposta de educação do campo e sua aplicação.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO

Historicamente a educação básica de qualidade é negada para os sujeitos do campo, pois o meio rural foi configurado pelas ideias dominantes como parte antiquada da sociedade e assim, busca-se uma nova base de métodos e conceitos sobre o ensino e o campo. A educação do campo é fruto de lutas reivindicatórias dos movimentos sociais e também das comunidades rurais em meados do século XX (MOLINA, 2006)

Sendo, portanto, do Estado - a partir da constituição de 1988 - a obrigatoriedade de oferecer educação básica a todos os brasileiros. Entretanto, o mesmo não vem cumprindo seu papel e por isso, os sujeitos do campo lutam por educação no campo e de qualidade para os sujeitos que foram excluídos de seu direito de estudar e se desenvolver no âmbito em que vive,

mantendo a vivência campesina como referencial de estudo e análises significativas para sua vida (MANTOAN, 2003).

A proposta de educação do campo tem o objetivo construir um campo desenvolvido, formado, coletivo, humano e com o compromisso com a vida e a natureza. Para conseguir tudo isso, essa pedagogia nova de Educação do Campo trabalha os aspectos naturais e científicos presentes no campo, valorizando a existência da cultura e vida no meio rural (CALDART, 2004).

Ao pensarmos em descrever a importância da educação do campo é preciso partir do pressuposto que o grande foco é o aluno, pois tudo será voltado para sua aprendizagem. A ênfase na construção de quaisquer projetos ou atividades desenvolvidas requer reflexão é necessário fazer alguns questionamentos.

Nesse sentido, é preciso se perguntar sobre: Qual sua importância? No que vai contribuir? Quais os métodos? É preciso que busquemos base teórica em grandes pensadores para enriquecermos os direcionamentos pedagógicos da educação do campo, segundo Freire (1983), a educação precisa ser praticada para a liberdade, elevação da consciência e valorização dos conhecimentos prévios dos sujeitos, seja ele do campo ou cidade.

Portanto, o ensino precisa em sua essência proporcionar ao educando um aprendizado alegre e satisfatório. Esse aprendizado reflete não somente em sala de aula, mas em aulas de campo e também no seu convívio social, quando os educandos se sentirem seguros, com sua auto-estima e suas potencialidades valorizadas, diante das diferentes realidades vividas pelos alunos. Logo um dos princípios da educação do campo é:

[...] reconhecimento dos sujeitos do campo como protagonistas de sua formulação e aplicação, a partir de sua identidade e de sua autonomia. Isso não deve ser confundido com uma ‘volta ao passado da agricultura’, mas como a reconstrução da trajetória da agricultura em direção a um futuro de maior sustentabilidade [...] (FERNANDES et al, 2008, p. 92).

A prática dessa educação baseada na diversidade acaba possibilitando que os sujeitos se tornem capazes de construir o seu conhecimento e pensamento crítico. Tendo como objetivo formar sujeitos coletivos comprometidos com perspectivas de mudanças na sua realidade social, valorizando a cultura e a vida do meio rural.

Sendo assim, a proposta de educação do campo visa a liberdade dos sujeitos, ressalta a

importância de uma metodologia que dialogue com a realidade dos educandos, logo, um ensino que trabalha a emancipação, com um ensino-aprendizagem para desenvolver suas habilidades e potencialidades (CALDART, 2004).

Vale ressaltar que o campo possui suas especificidades mesmo que a constituição não estabeleça um artigo sobre a educação no espaço rural a que regulamenta os critérios que regem a organização da prática nessa modalidade de ensino, e seu artigo 28 da LDB conceitua que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 2017, p. 21).

Logo, o ensino para os sujeitos do campo precisa estar organizado a partir das especificidades que o espaço rural possui e que cada região do país precisa se adequar pedagogicamente, isso porque a formação dos cidadãos é construída não só na sala de aula.

Os conteúdos precisam se alinhar com as realidades vividas no campo, pois a aprendizagem é fundamentada de forma valorativa e significativa. Para assim, o campo ser apresentado aos estudantes como sendo um lugar que tem trabalho, vida e cultura assim como a cidade.

Com o intuito de fundamentar essa ideia, os movimentos sociais do campo tem se articulado junto aos órgãos públicos para engendar políticas que possam amenizar os atrasos impostos ao meio rural. Sendo assim, foi criado o Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária (PRONERA). Dessa forma,

O Programa é uma política pública de educação dirigida a trabalhadores e trabalhadoras das áreas de reforma agrária, que se realiza por meio de parcerias com diferentes esferas governamentais, instituições de ensino médio e superior de caráter público ou civil sem fins lucrativos, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais para qualificação educacional dos assentados e assentadas. Seu principal objetivo é o fortalecimento da educação dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e

coordenando projetos, utilizando, para isso, metodologias voltadas à especificidade do campo. Além disso, o Pronera visa contribuir para a promoção do desenvolvimento, com base nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental dos homens e mulheres que ali vivem. (FERNANDES et al, 2008, p. 12)

Essa política pública de educação tem como foco principal a erradicação do analfabetismo no meio rural, bem como a formação de educadores que compreendendo o contexto da vida no campo proponha aprendizagens que possibilite o avanço e progresso de um lugar cheio de vida e conhecimentos.

E assim, compreende-se que a vida camponesa bem como a identidade, cultura, produção e conhecimentos não fossem marginalizados e esquecidos, se fez necessário buscar um ensino escolar, cursos e especialização voltados para a população do campo.

Nesse sentido, o desafio que configura a qualidade de vida no campo é surpreendente, a esses sujeitos de direitos lhes é negado historicamente o acesso básico de formação educacional e estruturação da produtividade de seu trabalho. E assim, mesmo com avanços, se perpetua essa herança histórica de exclusão aos povos do campo até atualidade (FERNANDES et al, 2008).

Vale ressaltar, que estamos falando de um modelo de educação que trabalha o contexto do campo e suas configurações de forma política para adaptar pedagogicamente os conteúdos a serem trabalhados, pois tem como alvo o letramento para a emancipação dos estudantes (MOLINA, 2006).

Dessa forma, se faz necessário destacarmos o papel da escola no processo de construção dos conhecimentos, uma vez que a ausência dela traz um atraso quase que irreversível. Pois, sem o processo de despertar e incentivar as potencialidades do desenvolvimento das aptidões humanas a sociedade não avança.

Nesse sentido, a escola desempenha um papel crucial desde a vida secular ao mundo do trabalho, pois subsidia diretamente para o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetiva do indivíduo, formando-o a coletividade, para assim ser um cidadão correto e participativo na sociedade na qual está inserido (MASETTO, 1997).

Os espaços coletivos são ricos na construção social dos indivíduos, principalmente o momento vivido na escola, pois lá estão reunidos perspectivas diferenciadas de olhar e compreender a sociedade. Sendo assim, os sujeitos quando em contato com visões adversas as

sua, debutam à refletirem o contexto social que os cercam.

Desse modo, o troca de experiências outorga o desenvolvimento da personalidade própria como um ser individual e coletivo. Vale ressaltar, que cada sujeito carrega consigo uma formação cultural construindo ao longo sua história, através da interação com o meio social. Sendo assim, compreende-se que:

A educação é uma política social que tem importante caráter econômico porque promove as condições políticas essenciais para o desenvolvimento. Deste modo, para o desenvolvimento do território camponês é necessária uma política educacional que atenda sua diversidade e amplitude e entenda a população camponesa como protagonista propositiva de políticas e não como beneficiários e ou usuários. Da mesma forma, torna-se imprescindível a pesquisa em Educação do Campo para contribuir com o desenvolvimento desta realidade (MOLINA, 2006, p. 30).

A partir dessa perspectiva, o fortalecimento da escola no espaço rural contribui para que as aprendizagens que existe no campo sejam aprimoradas e valoradas. Isso porque, o camponês precisa de escolaridade para compreender de forma crítica o contexto da vida e produção do campo.

Portanto, a educação também é um direito desses sujeitos que moram no espaço rural, mas na realidade mesmo as escolas não trabalham com um ensino específico sobre suas realidades, o que acontece é o campo sendo formado com as perspectivas do espaço urbano.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS DO CAMPO

A instituição escolar que trabalha a inclusão é fundamental na formação dos sujeitos que lhes foi ofertado a oportunidade de passar por ela. A mesma, dispõe de uma organização sistematizadas de conteúdos relevantes que facilitam o conhecimento e desenvolvimento de habilidades essenciais. No entanto, é importante compreender que a educação está para além da sala de aula.

Sendo assim, o ambiente escolar que proporciona o conhecimento de forma inclusiva permite aos sujeitos compartilhar e aprender por meio do diálogo, ou seja, o ser humano

precisa do contato com outros seres humanos para produzir a sua própria existência e desenvolver suas habilidades. Conforme Mantoan (2003):

[...] As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. Por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral [...]
(MANTOAN, 2003. p. 16)

Os sujeitos em suas especificidades tem diferenciadas formas de aprendizagem, logo é essencial que o ensino vise trabalhar suas potencialidades atendendo portanto, aos variados níveis de aprendizagem.

Segundo Paro (2010), ensinar exige compromisso, amor e dedicação na forma pedagógica de mediar o conhecimento no cotidiano escolar. É somente pela mediação que os sujeitos conseguem de fato desenvolver o conhecimento. Nessa concepção, a aprendizagem criativa está relacionada com o desejo, vontade e com a uma finalidade para qual foi direcionada.

A educação tem uma beleza humana pois expressa a personalidade viva das ações e conceitos da sociedade e da vida. Sendo assim, o educando ocupa um papel ativo na busca pela aprendizagem assertiva e autônoma, onde o professor é o interventor no fortalecimento das potencialidades cognitivas (PARO, 2010).

A atividade orientada permite a análise do contexto social, fazendo-os a questionar, argumentar e ter conclusões, partindo para uma possível solução para os problemas apresentados. Em continuidade, a aprendizagem proposta pela pedagogia libertadora está intrinsecamente relacionado o professor sendo mediador das informações pertinentes para a partir disso o estudante se apropriar delas fazendo questionamentos e reflexões (LUCKESI, 1994)

Logo, o ensino se estrutura na medida em que os educando tem autonomia para questionamentos e sugestões, há uma forte tendência para um conhecimento que tornar-se significativo, produtivo e com uma lógica de emancipação.

Sendo assim, o educador precisa estar sempre buscando novos métodos e habilidades

para ser trabalhados com os educandos, isso porque um ensino vazio, sem brilho, sem ousadia não proporciona uma aprendizagem significativa (FREIRE, 1996). E assim, os personagens envolvidos acabam estimulados, críticos e com alicerces para inovação.

O ensino da educação inclusiva do campo busca considerar a diversidade dos conhecimentos dos sujeitos, automaticamente as informações que é mediado pelo educado se consolida de forma promissora. Desse modo, o educando toma um posicionamento ativo, opinando e contribuindo para um pensamento crítico e sistematizado.

Logo, a educação inclusiva nas áreas rurais é algo utópico, uma vez que não é garantido uma educação básica de qualidade. Percebe-se então que a omissão do estado que lesa o seu papel enquanto instância reguladora das políticas públicas.

A forma autoritária e impositiva de ensino repassa as informações de forma árdua, desapaixonante, enfadonha, como algo obrigatório, sem alternativa. O método impositivo cansa e não consegue chamar a atenção do educando para que este venha a entender que essas informações são o caminho para chegar ao conhecimento (PARO, 2010).

Essa modalidade educação não contempla as especificidades do campo. Logo, se faz necessário uma metodologia inovadora baseada no contexto de vida dos camponeses, uma vez que envolve as lutas reivindicatórias por acesso aos direitos básicos como saúde, educação, moradia e renda.

Portanto, no campo ainda existe uma desinformação da educação do campo e conseqüentemente da educação inclusiva. Uma vez que essas modalidades de ensino visa trabalhar as especificidades existente no contexto da organização da escola e suas metodologias, na prática dos conteúdos essenciais para o desenvolvimento da habilidades dos sujeitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a educação do campo ainda é muito desconhecido por grande parte da sociedade e pelos profissionais da educação. Logo, se o ensino básico é direito de todos, o campo também precisar ser incluído.

Compreende-se que muitos são os desafios para a educação do campo, assim como a formação de profissionais da educação, construções de escolas, políticas públicas de erradicação do analfabetismo, acesso a tecnologias com qualidade, produção agroecológica,

entre outros.

Em virtude da carência de analisar as especificidades, assim como as deficiências que ocorrem no meio rural, surge à busca para entender a metodologia de educação do campo.

E assim, a pesquisa teve como objetivo análise da educação do campo, pesquisando criticamente a prática da metodologia nas escolas no meio rural. Logo, constatou-se que o campo possui déficits de atraso escolar histórico e mesmo que tenha escolas no campo em sua grande maioria não se trabalha o ensino voltado para as vivências no meio rural.

Muitos desafios permeiam a educação do campo e por isso esse público reivindica melhores condições de acesso básico a educação de qualidade do e no campo, contemplando as suas características de camponês.

Dessa forma, diante da hipótese apresentada se as escolas conheciam e trabalhava a educação do campo, buscando além de um ensino significativo para o educando, bem como para o meio na qual está inserido, isso porque a pedagogia é voltada para emancipar os sujeitos.

Assim, a hipótese foi contestada e refutada uma vez que as escolas não trabalham a educação específica para o campo, pois os profissionais que trabalham nas escolas não compreendem as características e especificidades do campo.

Vale ressaltar, que a educação inclusiva principalmente no campo é algo muito distante, pois temos um ensino basicamente urbanista e seletivo, onde a meritocracia é à base do ensino tradicional em um contexto de sociedade da informação e trabalho. Mas, se o ensino não for prioridade a sociedade não evolui com inclusão, e assim compreende-se que a sociedade se configura de forma complexa e excludente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código do Consumidor. **Constituição Federal**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **LDB - Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, B. M. et al. **Educação do Campo**: campo políticas públicas. Brasília: INCRA; MDA; NEAD Especial, 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor)

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

MASETTO, M. T. **Didática**: a aula como centro. 4 ed. São Paulo: FTD, 1997.

MOLINA, M. C. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

PARO, V. H. **Educação como exercício do poder**: crítica ao senso comum em educação. 2. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, E. 35% dos brasileiros com mais de 14 não completaram o ensino fundamental, aponta o IBGE. **G1**. 2021. Disponível em:
<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/16/35percent-dos-brasileiros-com-mais-de-14-anos-nao-completaram-o-ensino-fundamental-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 29 jun. 2021.